

Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

7ª Edição
Maio de 2009

Editorial

Os dados do cenário econômico divulgados recentemente mostram que a crise já atingiu o fundo do poço, com sinais ainda tímidos de retomada. A crise não passou ainda, nos adverte o Presidente do Banco Central, mas talvez a recuperação já tenha se iniciado. Nesta etapa o Brasil estará em melhores condições do que a maioria das outras economias.

A produção industrial cresceu no primeiro trimestre, mas em comparação ao mesmo trimestre de 2008 seu nível ainda está 10% menor. O mesmo vale para o emprego formal - o CAGED anunciou o terceiro pequeno aumento mensal consecutivo em abril 2009, mas seu nível continua muito aquém do de 2008.

A política fiscal é expansionista, como, aliás, ocorre nas principais economias da OCDE. Infelizmente, no Brasil o expansionismo se concentra nos gastos correntes - folha de pessoal, benefícios previdenciários e assistenciais e outras despesas correntes, à custa do investimento público. O mais grave dessa política é o fato de estar aumentando despesas que são irreversíveis, comprometendo o futuro fiscal do Estado. Isso é particularmente grave diante de possíveis perdas de arrecadação, como as que vêm ocorrendo atualmente, ainda que parte dela se deva às reduções de impostos.

No setor externo, o desempenho também ficará aquém do de 2008, com redução do saldo da balança comercial, com contração maior das exportações do que das importações, especialmente com a perspectiva de valorização do Real.

O déficit em transações correntes deverá ser menor do que o de 2008, com a diminuição de remessas de lucros e dividendos para o exterior. É possível também que se observe uma retomada dos investimentos externos, que se intensificará à medida que se restabeleça o crédito.

A taxa de câmbio depois da alta volatilidade apresentada no final de 2008 segue tendência de queda e o risco Brasil está abaixo dos 300 pontos. O grande desafio é reverter a forte queda da produção doméstica.

O COPOM continua reduzindo a taxa de juros, fixada na última reunião em 10,25% sem viés. Novos cortes são esperados no ano, pois a inflação mostra arrefecimento. Mas a taxa se aproxima de seu limite inferior, dado pela forma de remuneração da poupança. Atingido esse limite, reduções posteriores requerem mudanças na poupança. Por temer o grande impacto político, o Governo optou por manter a remuneração e tributar com IR as aplicações de alto valor. Para manter um diferencial atrativo para as aplicações financeiras, o Governo promete reduzir a tribu-

tação sobre essas aplicações. O Governo não pode permitir a perda de atratividade das aplicações financeiras relativamente à poupança, pois isso inviabilizaria o financiamento da dívida pública.

O FMI estima contração da economia mundial de 1% para 2009 e modesta recuperação para 2010, de 1,5%. O Japão é o país mais afetado, continuando em recessão em 2010. Recessão também nos EUA e União Européia em 2009 e estagnação em 2010. Nos países em desenvolvimento, espera-se crescimento de 1,5% em 2009 e 3,5% em 2010 - muito abaixo dos 8,3% alcançados em 2007.

A ANS enfrentou o desafio de alienar a carteira da Avimed. Após o desinteresse do mercado e duas negativas de alienação, a carteira foi dividida por área geográfica e alienada para duas OPS três meses após o primeiro edital.

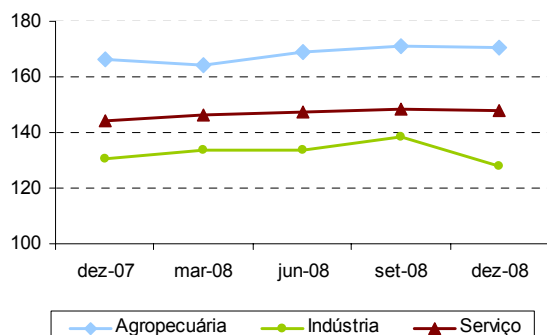
A novidade é o Fundo Garantidor, FGS, para permitir diluição de risco entre operadoras. A boa notícia nessa área é que o FGS é voluntário. Sua operacionalização ainda depende de Instrução Normativa. Essa IN definirá se o FGS será atrativo ou não.

José Cechin

Superintendente Executivo

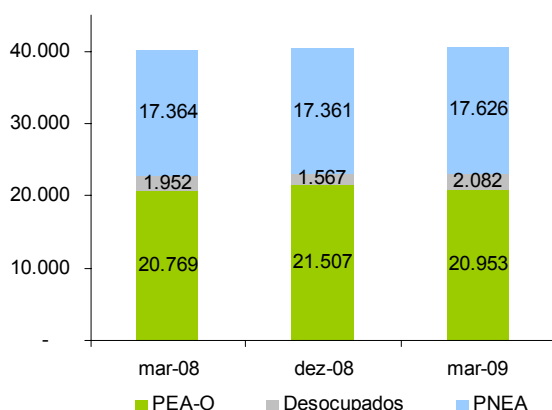
1. Cenário macroeconômico

Gráfico 1. PIB - Índice trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal dez07 – dez08 (média de 1995=100).



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

Gráfico 2. PME: Distribuição da população (PEA e PNEA) – mar08 a mar09 (mil pessoas).



Fonte: PME – IBGE

Tabela 1. PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - mar08 e mar09.

	Posição Mar08		Posição Mar09		Δ %
	% PEA	n° mil	% PEA	n° mil	
Com Carteira	44,2	10.039	45,5	10.328	2,9
Conta Própria	17,7	4.031	17,0	3.919	-2,8
Sem Carteira	17,6	3.997	17,1	3.944	-1,3
Empregadores	4,2	945	4,2	961	1,7
Ñ. remunerados	0,0	4	0,0	6	34,7
Doméstico	7,0	1.585	7,1	1.641	3,5
Sector Público	7,1	1.604	7,2	1.655	3,2

Fonte: PME – IBGE

1.1 PIB

Os últimos dados de contas nacionais referem-se ao ano de 2008. No último trimestre desse ano ocorreu uma mudança radical no desempenho econômico, com a forte diminuição da atividade industrial como efeito da crise mundial no Brasil.

Em 2008, PIB do Brasil cresceu 5,1%, alcançando R\$ 2,9 trilhões.

No último trimestre de 2008, o PIB retraiu 3,6% em relação ao trimestre anterior, mas apresentou um crescimento de 1,3% em comparação com o último trimestre de 2007. A produção industrial diminuiu 7,4% em relação ao trimestre anterior e os serviços e a agropecuária diminuíram, respectivamente, 0,4% e 0,5%. Esses dois setores foram menos intensamente afetados pela crise financeira internacional.

Para 2009, o mercado novamente reviu suas estimativas de crescimento econômico – mais pessimistas desta vez, prevendo um decréscimo do PIB de 0,49%, enquanto a projeção anterior (de 30 de janeiro) apontava crescimento de 1,8%.

Tabela 2. Expectativas de mercado para 2009

Indicador	expectativa
IGP-M (%)	1,81
IPCA (%)	4,33
Selic (%)	9,00
Câmbio (R\$/US\$)	2,12
PIB (%)	-0,49

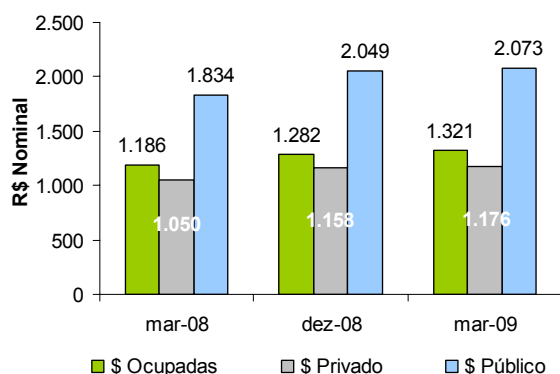
Fonte: Boletim Focus divulgado dia 15 de maio de 2009.

1.2. Emprego - PME

Os últimos dados da PME/IBGE revelam 33% de aumento no número de desocupados no primeiro trimestre de 2009, enquanto a PEA-Ocupada se manteve praticamente constante. A taxa de desocupação atingiu 9% em março de 2009.

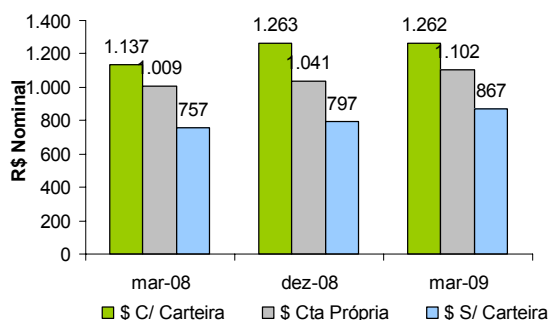
Segundo os dados do Caged para abril de 2009, anunciados pelo Governo, manteve-se a mudança na trajetória do emprego que mostrou expansão do emprego formal de 106 mil vagas no mês e 48,5 mil no acumulado do ano. Essa reversão no emprego formal pode ser parcialmente atribuída à diminuição do IPI de vários produtos industrializa-

Gráfico 3. PME: Rendimento nominal mensal habitualmente recebido – mar08 – mar09.



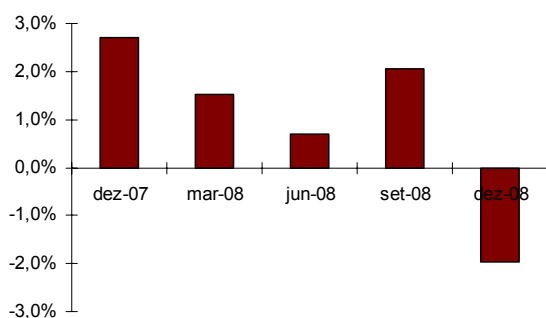
Fonte: PME – IBGE

Gráfico 4. PME: Rendimento médio nominal no trabalho habitual principal – setor privado – mar08-mar09.



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 5. Variação trimestral do índice de despesa com consumo das famílias (média de 1995=100) com ajuste sazonal - dez07-dez08.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

dos. No entanto, essa recuperação ainda está muito longo de repor as 700 mil vagas perdidas em novembro e dezembro de 2008.

Os dados do IBGE medem apenas as Regiões Metropolitanas e são obtidos por questionário e refletem a semana de referência, enquanto os dados do CAGED são registros administrativos do cadastro do Ministério do Trabalho.

1.3. Renda - PME

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas, nos últimos 12 meses, cresceu 11,4%, com expressivo crescimento real já que a inflação foi de 5,61%. No primeiro trimestre de 2009, a renda da população ocupada cresceu nominalmente 3%.

Nesse trimestre o emprego privado com carteira assinada foi o único que apresentou diminuição, 0,11%, revelando um retorno da informalização. A renda dos trabalhadores sem carteira aumentou 8,9% e a dos trabalhadores por conta própria, 5,9%.

Neste primeiro trimestre a variação da renda foi um pouco superior no setor privado do que no público, 1,52% comparado com 1,24%; já no acumulado de doze meses as posições se invertem com a remuneração do setor público crescendo pouco acima da do setor privado (13% e 12%, respectivamente).

1.4. Consumo

A variação trimestral do índice (com ajuste sazonal) de despesa com consumo das famílias mostrou uma forte contração no último trimestre de 2009.

A diminuição do emprego e a escassez de crédito devem manter o consumo em níveis baixos, lembrando que seria ainda menor se não fosse pela política do Governo de redução do IPI para produtos selecionados.

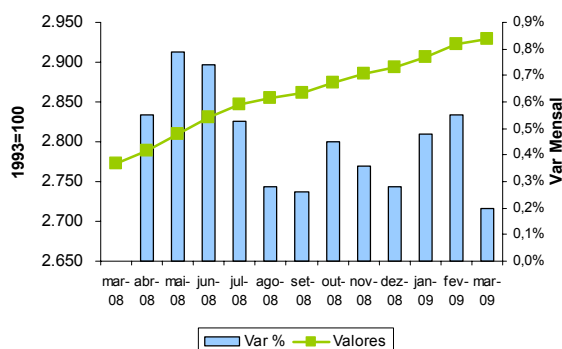
1.5. Inflação

A inflação medida pelo IPCA vem mantendo tendência de baixa. Para 2009, a expectativa é que a inflação fique abaixo da meta do Banco Central, de 4,5%.

O IGPM vem apresentando deflação desde dezembro de 2008, o que causará um impacto positivo no IPCA, já que o IGPM influencia diretamente o

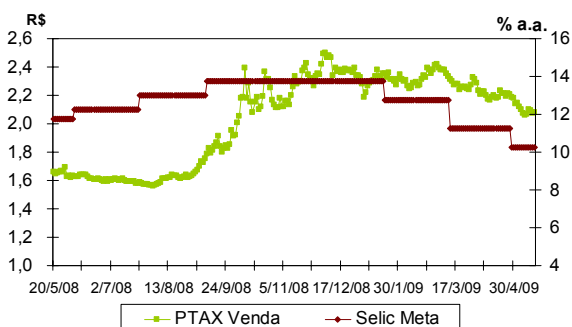
preço dos alugueis.

Gráfico 6. IPCA: variação mensal e índice acumulado – 12 meses.



Fonte: IBGE

Gráfico 7. Meta Copom Selic e câmbio – 12 meses.



Fonte: Bacen

1.6. Taxas de Juros

O COPOM já realizou mais dois cortes na taxa de referência - 1,5 p.p. em 11 de março (11,25%) e 1 p.p. sem viés, em 29 de abril (10,25%).

A expectativa é que novos cortes sejam realizados ao longo do ano com a inflação dando sinais de arrefecimento. A grande preocupação é com o limite à redução imposto pela remuneração da caderneta de poupança. Mantida a regra de remuneração da poupança (TR + 0,5% ao mês), a Selic não pode cair abaixo de determinado limiar sob pena de ocorrer grande migração de aplicações financeiras para a poupança. Na solução adotada, o Governo visou preservar a forma básica de remuneração da poupança para evitar desgastes políticos intensos. Porá isso vai apresentar PL instituindo incidência de Imposto de Renda sobre depósitos acima de determinado limite. O Governo estuda também reduzir a tributação das aplicações financeiras, para elevar sua atratividade relativamente à poupança. Segundo os analistas econômicos, as mudanças implementadas na poupança (incidência de imposto de renda sobre a remuneração de aplicações acima de R\$ 50 mil dependendo da taxa Selic a partir de 2010) devem permitir a queda dessa até 8%. Esse mecanismo também permite a manutenção do financiamento da dívida pública pela emissão de títulos do Tesouro Nacional.

1.6. Câmbio

A taxa de câmbio vem se apreciando em 2009, chegando a 2,0579 em 08 de maio. Essa tendência deve prosseguir durante todo o ano, como se pode esperar pela ainda alta taxa de juros, pela confiança externa de que o País desfruta, pela vinculação sua comercial à China (grande demandante de commodities exportadas pelo Brasil) e pelo ritmo de crescimento da China (menor do que o histórico mas ainda muito expressivo (acima de 6,5% em 2009).

1.7 Resumo – Cenário macroeconômico

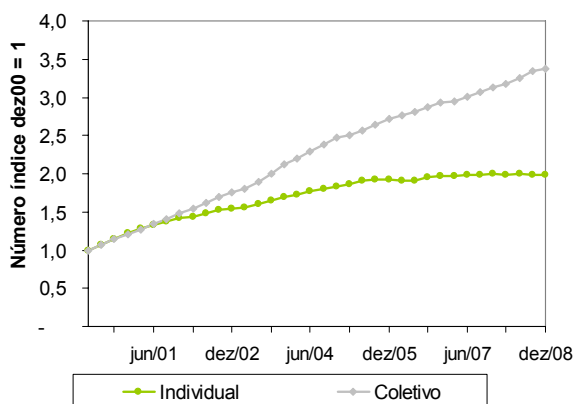
Variável	Jan a dez 2007*	Jan a dez 2008	Δ% (período)	
PIB nominal (R\$ Bilhões)	2.598	2.890	11,2	
Consumo do governo (R\$ Bilhões)	517	584	13,0	
Consumo das famílias (R\$ Bilhões)	1.580	1.753	11,0	
Emprego e Renda	mar08	mar09	Δ% mar08 a mar09	Δ% dez08 a mar09
Emprego - indivíduos ocupados (mil pessoas)	20.769	20.953	-0,9	-2,6
Emprego com carteira assinada (mil pessoas)	10.039	10.328	2,9	-2,3
Emprego no setor público (mil pessoas)	1.604	1.655	3,2	0,9
Renda (R\$)				
Setor privado	1.049,8	1.175,8	12,0	1,5
Com Carteira Assinada	1.136,5	1.261,8	11,0	-0,1
Setor público	1.834,1	2.073,4	13,3	1,2
Inflação	Abr08	abr09		
IPCA (%) – acumulado 12 meses	5,04	5,38		
IGP-M (%) – acumulado 12 meses	9,80	5,38		
Juros e câmbio	abr08	abr09	Δ últimos 12 meses	
Juros (Selic %) - último dia do mês	11,75	10,25	(1,5 p.p.)	
Câmbio (R\$/US\$) - último dia do mês	1,6872	2,1783	30%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

*Consolidado no ano.

2. Saúde Suplementar em Números

Gráfico 8. Evolução beneficiários planos individual e coletivo – Número índice dez00 = 1

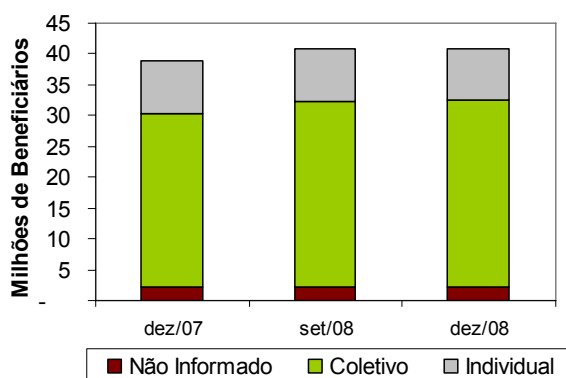


Fonte: ANS tabnet

Os dados para o setor de saúde suplementar são os mesmo analisados na Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de março 2009, disponível em www.iess.org.br.

A partir de setembro de 2008 o cenário econômico mundial e o brasileiro mudaram e com eles se reverteu a tendência de elevado crescimento do número de beneficiários do setor de Saúde Suplementar. Em razão da queda da atividade econômica, ocorreu uma forte desaceleração dessa taxa de crescimento - no quarto trimestre foi de apenas 0,2%. No acumulado do ano, esse crescimento foi de 4,9%, totalizando, em dezembro 40.910.631 beneficiários. Os dados estão resumidos na tabela ao final.

Gráfico 9. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por faixa etária – dez07 e dez08. (mil)



Fonte: ANS tabnet

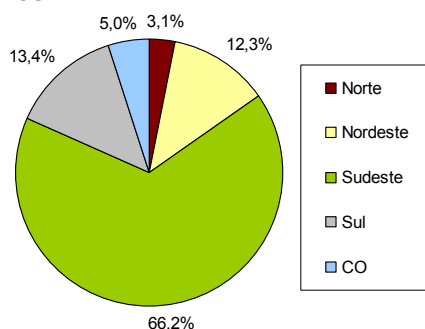
2.1. Destaques do setor

Neste cenário de crise, com estagnação no crescimento do número de beneficiários, a ANS teve que enfrentar mais uma grande crise - a alienação da carteira do grupo Avimed, que esteve sob direção fiscal da ANS desde 2008 em razão dos desequilíbrios econômico-financeiros.

O problema se estende desde a quebra da Interclínicas, cuja carteira foi adquirida pelo Grupo Saúde ABC, que também desapareceu do mercado, pois foi incorporada pela Avimed em 2006.

A determinação da alienação compulsória foi publicada em fevereiro de 2009; devido à falta de interessados no mercado na incorporação dessa carteira, a Agência precisou reeditar a resolução de alienação compulsória. A ANS negou duas propostas do grupo Itália alegando que lhe faltavam condições econômico-financeiras. Após a divisão da carteira da Avimed em três áreas de atuação, parece que finalmente a ANS encontrou uma solução.

Gráfico 10. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por região geográfica – dez08.



Fonte: ANS tabnet

Em 18 de maio, a ANS anunciou que a incorporação das carteiras pelas operadoras Itália Saúde Ltda e Plano de Saúde Ana Costa Ltda, que assinaram termos de responsabilidade e de compromisso, firmando as condições gerais e a tabela de preços, ficando autorizadas a oferecer novos contratos aos beneficiários da Avimed a partir de 21 de maio.

Ainda cumprindo as metas do programa Mais Saúde, a ANS editou no mês de maio a RN 191 que instituiu o fundo garantidor (FGS).

A RN 191 permite que duas ou mais OPS constituam um FGS para a gestão dos recursos financeiros formadores dos ativos garantidores, que é obrigação estabelecida nas resoluções da ANS. Cada participante assume o compromisso de manter junto a esse fundo os recursos financeiros suficientes para a garantia da evolução das suas provisões técnicas. Caso uma OPS participante não recolha seus depósitos, as demais terão a obrigação de fazê-lo mensalmente por período de até doze meses, ficando a carteira de beneficiários da OPS inadimplente como garantia.

Após no máximo doze meses a carteira será obrigatoriamente transferida para uma ou mais das participantes do Fundo. Se ocorrer a transferência da carteira, a OPS inadimplente deverá quitar suas obrigações e será em seguida excluída do FGS e terá seu registro cancelado.

A razão essencial para a constituição de FGS vem do fato de o risco de insolvência coletivo ser menor do que o individual. O princípio do seguro se assenta precisamente na aglutinação de riscos semelhantes, formando-se fundos mútuos baseados na solidariedade entre todos os participantes. O segurador ao operar com grandes massas converte risco individual de expressivas perdas patrimoniais em prêmios fixos e certos e menores do que se cada indivíduo tivesse que se assegurar sozinho.

A união das massas de beneficiários das empresas participantes de um FGS tem risco menor do que o de cada uma isoladamente. Por essa razão, as provisões técnicas requeridas para garantia de solvência e liquidez dessa massa agregada é menor do que a soma das provisões requeridas de cada operadora individualmente.

Essa é a importante vantagem de participar de um FGS, certamente maior do que a economia com as despesas administrativas da gestão centralizada.

No entanto, não está claro na Resolução como essa vantagem pode ser de fato aproveitada com o FGS. Para isso, é necessário que as normas sobre a constituição das provisões técnicas reconheçam o efeito escala como diluidor do risco. A forma de aproveitamento dessa vantagem ainda deverá ser objeto de instrução normativa da ANS.

A Resolução 191 foi sábia ao não determinar a obrigatoriedade da constituição ou da participação em FGS - constituição e participação são voluntárias. Assim, somente haverá participantes em FGS se forem claramente percebidas as vantagens e se superarem os riscos desse casamento. Esses podem ser antecipados e vêm na forma de ter que honrar as obrigações de uma operadora inadimplente.

Para os beneficiários de planos de saúde é interessante que suas operadoras participem de FGS, pois isso passa a eles a percepção de maior confiabilidade e segurança. Estar em uma operadora que participa de um FGS reduz para o beneficiário o risco de ficar sem cobertura, já que se a sua operadora enfrentar dificuldades, as outras participantes do FGS têm o dever de aportar os recursos garantidores necessários e suficientes e de absorver seus beneficiários se a situação não se resolver em até doze meses. A continuidade da assistência médica fica menos dependente da sobrevivência da operadora de sua escolha inicial. Menor também ficará o tempo para a alienação da carteira e solução de continuidade da assistência.

2.2. Resumo – Saúde Suplementar

Tabela Síntese – Saúde Suplementar – Dezembro de 2008

	dez/07	set/08	dez/08	Δ% 12 meses	Δ% dez08/set08	Δ% media 3 primeiros Trimestres 2008
Total	38.995	40.815	40.911	4,9	0,2	1,5
Individual	8.562	8.544	8.490	(0,8)	(0,6)	(0,1)
Coletivo	28.182	30.081	30.263	7,4	0,6	2,2
Não Informado	2.251	2.190	2.158	(4,1)	(1,5)	(0,9)
Antigos	11.324	10.996	10.572	(6,6)	(3,9)	(1,0)
Novos	27.671	29.819	30.339	9,6	1,7	2,5
0 a 18 anos	10.078	10.313	10.239	1,6	(0,7)	0,8
19 a 58 anos	24.263	25.682	25.812	6,4	0,5	1,9
+ 59 anos	4.631	4.799	4.841	4,5	0,9	1,2
Feminino	20.797	21.606	21.662	4,2	0,3	1,3
Masculino	18.198	19.209	19.248	5,8	0,2	1,8
Referência	5.441	5.815	5.835	7,2	0,3	2,2
Hosp + Amb	28.489	29.944	30.032	5,4	0,3	1,7
Hospitalar	740	748	752	1,6	0,5	0,4
Ambulatorial	2.132	2.194	2.212	3,8	0,8	1,0
Não Identificados	2.193	2.114	2.079	(5,2)	(1,6)	(1,2)
Autogestão	5.186	5.218	5.207	0,4	(0,2)	0,2
Cooperativa	12.964	13.852	13.944	7,6	0,7	2,2
Filantropia	1.317	1.422	1.430	8,6	0,6	2,6
Medicina de Grupo	15.259	15.530	15.380	0,8	(1,0)	0,6
Seguradora	4.268	4.793	4.950	16,0	3,3	3,9
Norte	1.194	1.249	1.273	6,7	1,9	1,5
Nordeste	4.685	4.951	5.031	7,4	1,6	1,9
Sudeste	25.927	27.146	27.082	4,5	(0,2)	1,5
Sul	5.205	5.429	5.472	5,1	0,8	1,4
CO	1.985	2.039	2.051	3,4	0,6	0,9

3. Equipe Técnica

José Cechin – Superintendente Executivo

Carina Burri Martins – Consultora

Francine Leite – Consultora